

Epistemologias Encarnadas: Ballroom e Transfeminismo Contra o Regime de Verdade do Gênero¹

Laryssa Kethellen Paiva da Silva – Museu Nacional/UFRJ – Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho analisa a cena *ballroom*, com ênfase no *Vogue Femme*, como um campo privilegiado de fabulação, experimentação corporal e produção de conhecimento situado, capaz de tensionar os regimes modernos de verdade sobre gênero, corpo e feminilidade. A partir de uma experiência etnográfica o trabalho propõe compreender a *ballroom* não apenas como espaço estético ou performático, mas como uma epistemologia encarnada, forjada na experiência vivida de corpos trans, negros e dissidentes. Historicamente fundada por mulheres trans e travestis negras e latinas a *ballroom* emerge como um espaço de proteção, reconhecimento e exaltação de feminilidades sistematicamente deslegitimadas pela ciência moderna, pela biomedicina e pelo regime cisheteronormativo. Nessas cenas, a feminilidade não aparece como essência natural, mas como técnica, linguagem e repertório corporal aprendido, reiterado, exagerado e reinventado. O *Vogue Femme*, em particular, explicita a instabilidade da categoria “mulher”, demonstrando que o gênero é algo que se faz, e não algo que se é. Em diálogo com teóricos de gênero e sexualidade, o trabalho articula a *ballroom* como parte de um pluriverso no qual outros mundos, corpos e modos de existência são produzidos contra as classificações biomédicas e coloniais que historicamente fixaram gênero e raça como verdades naturais. As performances *ballroom* operam como críticas práticas ao determinismo biológico, deslocando a autoridade científica de dizer o que um corpo é, para afirmar o que um corpo pode fazer e vir a ser. Inspirada na noção de fabulação crítica, a *ballroom* é lida como continuidade de uma genealogia de experimentos libertários negros e queer, nos quais estética, glamour e performance funcionam como tecnologias de sobrevivência, agência e imaginação política. Assim, o trabalho sustenta que a *ballroom* constitui uma outra epistemologia possível: um regime de conhecimento no qual corpo, matéria, afeto e discurso se co-produzem, desafiando as exigências modernas de coerência entre sexo,

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

gênero e sexualidade, e afirmando modos alternativos, corporificados e politicamente situados de conhecer, existir e fabular o mundo.

Palavras-chave: Ballroom; Transfeminismo; Epistemologias Encarnadas

Introdução

Em outubro de 2025, participei pela primeira vez de uma oficina de *Vogue Femme*, ministrada por Kill Bill Balenciaga e Alynah Revlon, ambas amplamente reconhecidas e prestigiadas tanto na cena *kiki*² quanto na cena *mainstream*³ da *Ballroom*. Minha expectativa em relação à atividade era atravessada não apenas pelo interesse em experimentar uma prática central da cultura Ballroom, mas também pelo fato de já conhecer as facilitadoras. Anteriormente, eu as havia convidado para se apresentarem no Novembro Negro, evento promovido pelo Coletivo Negro do PPGAS/MN/UFRJ, ocasião em que realizaram uma performance.

Para além do interesse antropológico que orienta minha pesquisa sobre a cultura⁴ *Ballroom*, a *hands performance* sempre exerceu sobre mim um fascínio particular. Seus movimentos de ondulações, rotações e acentuações, que frequentemente parecem traçar e desenhar o ar, despertavam minha curiosidade muito antes da oficina. Participar daquela aula se apresentou, portanto, como uma oportunidade de experimentar corporalmente uma dimensão da Ballroom que até então eu conhecia sobretudo pela observação. Meu objetivo era aprender, ou ao menos, tentar reproduzir, alguns daqueles movimentos que, vistos de fora, me pareciam ao mesmo tempo precisos, expressivos e intrigantes.

Ao longo das três horas de oficina, foi ensinado a história dos cinco elementos dos *Vogue Femme*, com as oficineiras sempre situando as “mais velhas” como pioneiras da cultura ballroom, honrando a ancestralidade e o legado deixados por elas. Com isso, todo movimento deveria ser feito com o máximo de respeito e esforço possível, pois ao fazer um movimento de qualquer jeito era uma forma de desrespeito com quem construiu a cena, as *Femme Queens*.

² Subcena da ballroom voltada frequentemente para pessoas mais jovens, iniciantes ou para experiências consideradas menos rígidas e mais comunitárias que as grandes *mainstream*.

³ *Mainstream* é o termo utilizado na *Ballroom* para se referir ao circuito principal de *Balls* e *Houses* consideradas tradicionais e históricas.

⁴ Categoria êmica.

As *Femme Queens* eram mulheres trans e travestis negras e latinas que, ao lado dos *butch queens*⁵ e das *women*⁶ fundaram e nutriram muito da estética, política e espiritualidade da cultura *ballroom*. Essas mulheres que sempre foram marginalizadas e criminalizadas por não terem suas feminilidades legitimadas, ressignificaram o preconceito, encontrando na *ballroom* o lugar de proteção e exaltação plena dessa feminilidade, é nesse lugar que o feminino encontra espaço para ser performado e vivido de diferentes formas, por diferentes corpos, seja por pessoas que encontram nele a sua identidade como as *femme queens*, ou por pessoas que o vivem apenas momentaneamente como os *butch queens* ou *drag queens*.

Durante a oficina, todos os movimentos eram orientados a serem feitos com muita delicadeza e feminilidade, e em determinado momento durante a *hands performance* Kill Bill nos disse “imaginem que vocês são uma mulher, suas mãos são femininas, suas unhas são enormes, e cada toque que vocês dão no próprio corpo devem ser feitos na pontas dos dedos, passem a mão em seus seios, na sua bunda e na sua ‘pussy’”.

Eu era a única mulher cis nesta oficina, que era composta por mulheres trans, homens cis gays e pessoas não-binárias, mais ou menos dez pessoas ao todo. Todas as balizas para a execução dos movimentos perpassavam pela imaginação do que é ser uma mulher feminina, sensual, autoconfiante e irresistível como se estes fossem adjetivos intrínsecos de uma *femme queen*, e foram esses os meus maiores momentos de dificuldade, não consegui interpretar essa personagem.

Neste trabalho procuro evidenciar modos de viver e estar no mundo que atravessam diretamente as dimensões de gênero, explorando a Ballroom como laboratório de fabulação, em que a legitimidade e exacerbação da feminilidade que se transforma em tecnologia de sobrevivência em contraposição a um mundo que constantemente produz impossibilidades para corpos dissidentes negros, criam-se formas de ser não apenas mulher, mas também de ser homem, ser pessoa, ser família, de transitar entre gêneros e fazer experimentações que fogem ao regime de verdade cisheteronormativo.

Ser queer e habitar pluriverso (Escobar, 2014) *ballroom* envolve muita imaginação, projeção de si, expectativas do presente, reelaboração e continuidade de um passado, sonhos. As *femme queens* mostraram que a feminilidade, quando vivida por

⁵ Homens cis gays ou *queers*.

⁶ Mulheres cis.

corpos que a sociedade insiste em impossibilitar, torna-se uma prática radical de fabulação (Hartmann, 2022), uma criação estética, política e corporal que inventa novas realidades. Elas fabulam a si mesmas para sobreviver, mas também para sonhar e, ao fazer isso, fabulam o mundo.

Essas estratégias de sobrevivência fabulatórias possibilitadas pelas festas *ballroom*, disputam o mundo contra concepções hegemônicas fundamentadas por visões e práticas coloniais, conhecimentos biomédicos e cientificistas que emergiram no final do século XVII e início do século XVIII e que seguem até os dias atuais.

“Eu não sou uma mulher?”

O que é ser uma mulher? A quem é dado o direito de ser uma mulher? A quem é negado o direito de ser uma mulher? A categoria “mulher” costuma ser tratada como uma evidência natural, como se houvesse um conjunto de atributos corporais e comportamentais que definiriam universalmente quem pode “ser mulher”. No entanto, essa ideia carrega um forte essencialismo sexual, que supõe uma continuidade direta entre anatomia, identidade e destino social. (Moore, 1997)

Pensar o que é “mulher” exige deslocar essa noção fixa e naturalizada: em vez de um fato biológico dado, trata-se de um campo de disputas históricas, políticas e culturais. Como várias autoras feministas já mostraram (Rubin, 2017; Butler, 2004; Moore, 1997), as definições de “mulher” nunca foram neutras, elas foram construídas para organizar hierarquias, distribuir direitos e legitimar desigualdades.

Além disso, a própria experiência de ser considerada “mulher” é atravessada por raça, classe, sexualidade e colonialidade (Gonzalez, 1984). A mulher tomada como universal é uma figura branca, europeia, cis e de classe média, que não representa a totalidade das mulheres, apenas um recorte dominante. As mulheres brancas foram inscritas na ciência e na moralidade ocidental como frágeis, recatadas e delicadas, mulheres negras foram frequentemente hiperssexualizadas, lidas como fortes demais, menos femininas ou até mesmo fora da categoria “mulher”. Essas diferenças não são variações superficiais dentro de um mesmo modelo, são outros regimes de reconhecimento, onde o que conta como “mulher” é racialmente produzido.

Em *Nature's Body*, Schiebinger (2004) mostra como a emergência da ciência moderna nesses séculos estavam situados em meio a profundas transformações sociais e políticas na Europa que modularam o que era entendido como gênero, raça e natureza. Ao realizar uma historiografia crítica da ciência, a autora observa como as noções científicas de raça e diferenças sexuais estavam inextricavelmente ligadas entre si e a quem as produzia.

Desse modo, Schiebinger (2004) elucida como o contexto político foi crucial para uso da ciência e da natureza para justificar as desigualdades sociais e políticas, mesmo dentro da estrutura liberal revolucionária dos direitos naturais. A ciência era usada para sustentar que a natureza não é uniforme, mas varia de acordo com idade, raça e sexo. Isso se manifestou na tentativa de justificar a escravidão de pessoas do continente africano e o enquadramento de mulheres brancas no âmbito doméstico.

Ao examinar como a política de gênero influenciou a taxonomia de Carl Linneus, a autora se debruça sobre a origem do termo “mammalia” desenvolvido em 1758 por ele, que não apenas estava desenvolvendo um novo sistema de nomenclatura zoológica, mas também legitimando a reestruturação da sociedade europeia em uma época de transformação social. A definição do termo, que enfatiza a amamentação e o seio feminino, era um ato que tinha implicações políticas e culturais amplas, que estereotipavam e subjulgavam as mulheres, sobretudo as mulheres negras, fixando-as a lugares sociais predeterminados.

Dessa maneira, o culto ao espaço doméstico e a idealização do lar foram centrais para a reprodução do império, operando sob uma ordem masculina que naturalizou a separação entre público e privado. Tal distinção foi fundamental tanto para a consolidação da identidade da classe média alta, quanto para o projeto imperial, posicionando a mulher branca como uma cúmplice subordinada: simultaneamente oprimida pelos homens de sua classe e agente da opressão sobre homens e mulheres negros. (McClintock, 2010: 22)

Com isso, era feito uma comparação anatômica e moral, na qual os corpos das mulheres negras eram vistos como deformados e desfuncionais, incapazes de reproduzir e amamentar, sendo sempre comparadas a animais, o que consequentemente as tornavam menos mulheres. (Fausto-Sterling, 2000)

Ao retomar o argumento de Schiebinger, Fausto-Sterling (2000) mostra como ciência e a biomedicina no século XVIII e XIX estavam profundamente ligadas às normas

sociais e políticas da época, atuando não como esferas neutras, mas como ferramentas para legitimar e naturalizar as hierarquias sociais existentes, como por exemplo, a anatomia e a antropologia, que foram mobilizadas para fixar tipos sexuais e raciais na natureza.

Sarah Bartmann representava a fronteira entre os humanos e os orangotangos, para Cuvier nem dentro da categoria “negro” ela poderia ser encaixada, uma “análise” minuciosa do seu corpo foi feita para produzir e justificar a sua anormalidade, tal análise se perde em controvérsias e equívocos, mas se torna útil para reiterar a hegemonia e superioridade dos brancos, principalmente dos homens.

Para reiterar, e sobretudo, preservar o status quo da mulher branca na sociedade europeia, Cuvier dedica grande parte do seu trabalho para exotizar as genitálias de Bartmann, fabricando anomalias e diferenças colocando-a num lugar de inferioridade racial e de gênero. Contudo, de acordo com Fausto-Sterling, (2000) a ameaça que Bartmann representava às mulheres brancas era por seus hábitos serem considerados masculinizados e estarem fora das dinâmicas de gênero ocidentais.

Desse modo, as autoras mostram como os cientistas europeus se debruçaram sobre a “natureza” não apenas para descrevê-la, mas para nela projetar e organizar suas próprias ansiedades coloniais e imperiais. Tanto Schiebinger (2004) quanto Fausto-Sterling (2000) e McClintock (2010) evidenciam que, sob o discurso de um suposto avanço objetivo do conhecimento, a ciência moderna foi moldada por um ideário de progresso nacional e por interesses coloniais que definiram quem seria plenamente humano, plenamente sexuado e plenamente civilizado.

Ao analisar práticas de anatomia comparada, taxonomias corporais, coleções naturalistas e classificações raciais, as autoras revelam que a produção científica não foi neutra, ela forjou categorias que sustentaram e naturalizaram desigualdades raciais e de gênero. Assim, a ciência moderna se constituiu ao mesmo tempo como um projeto epistemológico e como uma tecnologia política de classificação dos corpos, justificando hierarquias e excluindo da categoria de “humano” ou de “mulher”, aqueles sujeitos que não correspondiam ao ideal branco, feminino europeu e cisheterossexual.

Dentro do mundo esportivo atualmente, Pires (2023) mostra como essas práticas classificatórias e de produção da diferença se apropriam do avanço da tecnologia para construir parâmetros cada vez mais específicos e rígidos do que é ser uma “mulher de

verdade”, seja a partir da medição de cromossomos, gônadas, hormônios ou até mesmo da virilidade.

De acordo com Pires (2023), a virilidade aparece com um dos principais mecanismos utilizados para definir se uma mulher pode ou não competir na categoria feminina, o que assegura todas as outras de uma integridade que tornaria a competição mais justa. No entanto, as regulações esportivas ao associarem a virilidade como atributo masculino, faz com que a capacidade atlética excepcional, a forças e os músculos das mulheres coloque em xeque a integridade da categoria feminina.

Para essas instituições, a integridade da categoria feminina depende de afastar a virilidade das mulheres, tratando o "excesso" hormonal como algo que deve ser corrigido para que a atleta seja considerada uma mulher. Sendo assim, Pires (2023) argumenta que a integridade no esporte de alto rendimento funciona como uma peneira biopolítica: ela busca filtrar e remover qualquer "excesso" biológico que desafie a masculinidade como o lugar único da excelência atlética, garantindo que a categoria feminina permaneça uma unidade controlada e previsível.

Aqui é possível observar uma assimetria reveladora, quando uma mulher trans realiza intervenções corporais para modificar seu corpo de uma maneira que expresse sua identidade de gênero, a lógica heterocisnormativa frequentemente a acusa de não ser uma “mulher de verdade”, sob o argumento de que sua feminilidade seria artificial ou fabricada. No entanto, quando se trata de mulheres cis com o que é lido como um “excesso” hormonal, essas mesmas normas demandam intervenções médicas para que seus corpos se ajustem ao que se entende como feminilidade legítima. Desse modo, evidencia-se que o problema não reside nas intervenções médicas em si, mas na exigência de coerência entre critérios biológicos, sociais e sexuais que sustentam regimes normativos de gênero.

É precisamente diante dessas exigências de coerência entre corpo, gênero e sexualidade que a *ballroom* emerge como um campo privilegiado de fabulação e experimentação. Longe de operar como mera reprodução de normas de gênero, as categorias e performances da *ballroom* tensionam os regimes biomédicos e heterocisnormativos que buscam fixar identidades a partir de marcadores corporais específicos.

Ballroom como laboratório de fabulações

Em “Vidas Rebeldes, Belos Experimentos” (2022), Saidiya Hartman, através da fabulação crítica, se dispõe a construir uma outra história para mulheres negras urbanas que viveram no início do século XX desafiando as novas formas de servidão e a exclusão impostas pelo racismo e desigualdade social.

Neste cenário, Hartman (2022) mostra que a única história que essas jovens tiveram foram os arquivos históricos de sociólogos, psiquiatras e policiais – homens - que as desmoralizaram, as descrevendo como promíscuas, criminosas ou patológicas. Desse modo, a autora constrói uma contranarrativa que visa desassociar a rebeldia e a recusa à submissão dessas mulheres da noção de desvio ou criminalidade, retirando da ciência e do Estado o poder de dizer a "verdade" sobre esses corpos, devolvendo a elas sua agência e sua busca por justiça social.

As práticas cotidianas dessas jovens, como a recusa ao trabalho doméstico, entendido como continuidade das relações escravistas, a busca por prazer sexual fora das normas matrimoniais e a ocupação das ruas, constituíram, para Hartman (2022) verdadeiros experimentos libertários. Longe de serem gestos individuais ou desvios morais, tais práticas são interpretadas como formas de “anarquia cotidiana”, por meio das quais essas mulheres desestabilizavam a ordem urbana e reivindicavam o controle sobre seus próprios corpos frente às múltiplas formas de exploração.

Ao ler essas práticas como “experimentos libertários” e formas de “anarquia cotidiana”, Hartman (2022) também nos oferece uma chave para pensar como os regimes modernos de classificação corporal operam como tecnologias de controle da vida. As normas que regulavam o trabalho doméstico, a sexualidade e a circulação dessas jovens negras estavam ancoradas em expectativas rígidas sobre o que deveria ser um corpo feminino legítimo: dócil, reprodutivo, heterossexual e domesticado. Ao recusar essas posições, suas ações não apenas subvertiam códigos morais, mas desorganizavam as categorias que buscavam fixar gênero, sexualidade e raça como identidades estáveis e hierarquizadas.

Desse modo, a revolução em “tom menor” praticada por essas jovens pode ser compreendida como uma fissura precoce nas gramáticas binárias de inteligibilidade corporal, antecipando críticas contemporâneas às classificações heterocisgêneras que continuam a produzir normalizações e exclusões no presente.

Na *ballroom*, o *Vogue Femme* coloca em cena a própria instabilidade da categoria “mulher”. Os gestos, poses e efeitos corporais que compõem essa performance mostram que a feminilidade não é uma essência, mas algo que se aprende, se repete, se exagera, se experimenta. Nesta categoria, a feminilidade não é tratada como natural ou dada biologicamente, mas como uma linguagem, uma técnica e um repertório estético que pode ser apropriado, reinventado e tensionado por diferentes corpos. A prática demonstra na carne e no movimento, que “ser mulher” é sempre um campo de criação, ou seja, algo que se faz, não algo que simplesmente se é. (Butler, 2004)

As *Femme queens* desestabilizaram as noções de “mulher” que se sustentam através da feminilidade branca que se tornou o padrão hegemônico no Ocidente, rasgando o tecido social cisheteronormativo. No palco, outras expressões de feminilidade ganham centralidade: feminilidades trans negras, latinas e dissidentes. O *Vogue Femme* escancara que há muitos modos de performar o feminino, e que eles são racialmente situados. A força, a sensualidade extrema, o glamour, o orgulho e a arrogância colocadas em performance desafiam a redução da feminilidade negra à hipersexualização ou à desumanização.

Em Hartman (2022), a estética e o glamour aparecem como ferramentas de luta, e destaca como o uso de ornamentos, brilho e roupas chamativas pelas jovens negras servia para anunciar sua existência e reivindicar um lugar no mundo que as queria invisíveis. O ato de “se montar” ou de “caminhar pela cidade” é lido não como futilidade, mas como uma agência política que desafia o regime hegemônico.

Ao se apropriar do feminino hegemônico e performa-lo como invenção de si, o *Vogue Femme* opera como linguagem corporal criada por elas, como uma crítica implícita ao determinismo científico/biológico, expondo que enquanto a ciência procura classificar o que um corpo é, elas mostram o que um corpo pode ser. Essa linguagem crítica amplia o repertório que o próprio mundo reconhece como “mulher”. A performance se torna uma ontologia encarnada, um modo de existir que desafia o essencialismo sexual e a lógica biomédica que pretende fixar o gênero no corpo.

Nessa perspectiva, acredito que a *ballroom* pode ser lida como parte de um pluriverso (Escobar, 2014), um espaço paralelo onde outros mundos são produzidos, sustentados e afirmados contra o regime cisheterocolonial dominante. O *Vogue Femme* é

muito mais do que dança ou um desfile, é uma política de existência que redefine a própria ideia de “mulher”, “mulheridade” e “feminino”.

Esse pluriverso (Escobar, 2014), materializado nas *balls* também por meio das categorias *Open to All* (OTA), permite que os participantes transitem entre categorias originalmente associadas a identidades específicas, possibilitando, por exemplo, que homens gays compitam no *Vogue Femme*. Nessas categorias, essa outra feminilidade/mulheridade construída fora da cisgeneridade branca, também pode ser vivenciada por diferentes identidades sexuais e de gênero, reafirmando o caráter não biologicista do gênero, evidenciando sua performatividade, fluidez e dimensão relacional.

Conforme argumenta Butler (2004), o gênero não é uma essência natural, mas uma prática reiterativa e regulada que se produz na repetição estilizada de atos ao longo do tempo. No entanto, nas cenas da *ballroom*, e especialmente no *Vogue Femme*, essa repetição não opera como simples imitação de um feminino preexistente, mas como um gesto criativo e fabulado que produz mulheridades possíveis, e que também podem ser experienciada momentaneamente por quem não se identifica como mulher.

Embora Preciado (2023) não se detenha longamente em “Paris Is Burning”, sua crítica às leituras que reduzem práticas dissidentes à paródia ou à performance simbólica permite reler o documentário em chave distinta daquela proposta por Butler (2019). Ao insistir que o gênero é produzido por tecnologias biopolíticas e práticas materiais de sobrevivência o autor desloca a *ballroom* do registro da imitação normativa para o de uma fabulação política vital de corpos racializados e sexualmente dissidentes.

Nessa perspectiva, a categoria Vogue Femme OTA, - uma das mais instigantes, principalmente quando pessoas que se identificam como homens cis competem -, ao que me parece produz efeitos que ultrapassam a dimensão classificatória da Ballroom, incidindo diretamente sobre a subjetividade. Ao performar o feminino em um espaço que reconhece e legitima essa prática, esse corpo experimenta a suspensão momentânea das fronteiras rígidas entre masculino e feminino se ativando uma zona de trânsito na qual gêneros não são vividos como essências fixas, mas como repertórios corporais mobilizáveis.

À semelhança do que Anzaldúa (2005) conceitua como fronteira, a *ballroom* emerge como um espaço de tensão permanente, no qual categorias rígidas de gênero,

sexualidade e corpo não se estabilizam, mas permanecem em trânsito, produzindo formas de vida e de conhecimento situadas na ambiguidade.

Essa experiência não se reduz à incorporação de um feminino “outro”, mas implica a negociação simultânea de códigos tradicionalmente associados tanto ao feminino quanto ao masculino, permitindo ao performer habitar uma posição singular, marcada pela liberdade e pelo reconhecimento coletivo. Nesse contexto, acredito que a categoria *Vogue Femme OTA* atua como um dispositivo de afirmação e transformação subjetiva, no qual o corpo se torna lugar de experimentação, desejo e agência, desestabilizando normas de gênero e ampliando as possibilidades de existir no mundo.

Em síntese, é possível traçar uma genealogia que conecta o “coro” das ruas do Harlem dos anos 1920 à cena *ballroom* contemporânea, compreendendo ambos como espaços nos quais a performance e a passabilidade possibilitam o trânsito entre categorias rígidas, borrando as fronteiras entre masculino e feminino e ampliando as condições de existência.

Essas experiências podem ser articuladas como momentos de um mesmo movimento histórico e teórico: a recusa das formas de servidão laborais, de gênero ou biológicas, por meio da invenção de novas formas de vida, que são descritos como “rebeldes” e que a *ballroom* reinscreve como performance da mulheridade. Assim, Hartman (2022) revela os fios iniciais dessa insurgência, e o *Vogue Femme* emerge como a continuidade vibrante desse processo.

Uma outra epistemologia possível

As críticas feministas e antropológicas têm evidenciado os limites dos regimes de conhecimento produzidos por homens brancos que historicamente fabricaram o gênero como uma categoria fixa, universal e ancorada em pressupostos biologizantes. Contudo, é necessário chamar a cena também, pesquisadores e pesquisadoras trans – que frequentemente são excluídos dos debates feministas - que propõem outras formas pelas quais a produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade podem ser formuladas.

Susan Stryker (2021) propõe uma ruptura epistemológica ao reivindicar as experiências trans não como objetos a serem explicados pela ciência, mas como posições de conhecimento capazes de reconfigurar os próprios fundamentos do saber moderno. Ao deslocar o olhar da patologização e da exceção para a produção de sentido, Stryker (2021)

insere as existências trans no centro da reflexão teórica, tensionando as fronteiras entre corpo, identidade e normatividade afirmando o caráter situado, político e encarnado do conhecimento.

De acordo com a autora, os estudos transgênero promoveram um deslocamento fundamental em relação aos enquadramentos tradicionais da chamada “psicologia anormal”, que historicamente classificaram as experiências consideradas dissidentes sexualmente como desvio, patologia ou transtorno mental.

Em oposição a essa ciência heterocisnormativa, esse novo campo passa a compreender as existências trans a partir das operações cotidianas do mundo material, das relações sociais e das disputas por reconhecimento e justiça social. A despatologização, nesse sentido, não implica a negação do sofrimento produzido por regimes normativos, mas a recusa de explicá-lo como efeito de uma suposta inadequação individual, deslocando o foco para as estruturas sociais, institucionais e epistêmicas que produzem a marginalização.

Ancorada também na noção foucaultiana de “insurreição de saberes sujeitados”, Stryker (2021) afirma o valor epistemológico dos conhecimentos produzidos pelas próprias pessoas trans a partir de suas experiências vividas. Esses saberes localizados passam a ocupar um lugar de centralidade, desafiando a hierarquia que historicamente privilegiou as vozes médicas e científicas em detrimento das narrativas daqueles que eram reduzidos à condição de objetos de diagnóstico e observação.

A autora chama atenção para a importância de reconhecer pessoas trans como sujeitos do discurso e não apenas como seus referentes, esse campo redefine as condições de produção do conhecimento e inaugura outras formas de pensar corpo, gênero e verdade. Desse modo, os estudos transgênero buscam articular novos enquadramentos onde a variação entre sexo e gênero seja vista como moralmente neutra e verdadeira, combatendo o estigma de que a apresentação trans seria uma falsidade ou mentira.

Paul Preciado (2023) radicaliza ou amplia a noção de performatividade proposta por Butler (2019) ao enfatizar que o gênero é produzido não apenas por normas discursivas, mas também por tecnologias biomédicas, farmacológicas e midiáticas. No entanto, Butler não ignora a materialidade, ela a pensa como inseparável das normas, e Preciado nos mostra que essas normas operam também por meio de dispositivos materiais concretos. O autor permite repensar criticamente a biomedicina não apenas como um

regime histórico de patologização das dissidências de gênero, mas também como um campo passível de reapropriação política.

Sendo assim, Preciado (2023) argumenta que no regime farmacopornográfico contemporâneo, esses mesmos dispositivos podem ser deslocados de sua função normativa. Para mulheres trans, o acesso a hormônios, cirurgias e tecnologias biomédicas não se reduz à busca por adequação à norma cisgênera, mas constitui uma prática material de produção de si, de gestão da vulnerabilidade e de reivindicação de inteligibilidade social.

Nesse sentido, a biomedicina opera não exclusivamente como aparelho de captura disciplinar e passa a funcionar, ainda que de modo ambivalente, como aliada na fabricação de corpos possíveis, transformando instrumentos historicamente associados à violência epistemológica em tecnologias de sobrevivência e autonomia corporal. Cabe ressaltar que, não se deve universalizar a experiência trans e nem apagar as condições raciais, econômicas e nacionais que estruturam essas práticas de fazimento de si.

Butler (2004) enfatiza o caráter performativo do gênero e Preciado destaca sua produção material e biopolítica (2023), Anzaldúa (2005) oferece uma chave epistemológica fundamental ao conceber o conhecimento como algo produzido desde a fronteira, isto é, a partir da experiência encarnada da instabilidade, da ambiguidade e da exclusão.

Dialogando com essa perspectiva, Silvana Nascimento (2022) contribui para pensar a defesa da existência e da legitimidade de um "pensamento transfeminista negro" no Brasil, que surge como um campo de conhecimento emergente para radicalizar a desnaturalização das categorias "mulher" e "feminilidade".

Nascimento (2022) argumenta que o conhecimento produzido por travestis e mulheres trans negras não é apenas militância, mas um esforço teórico e intelectual legítimo. Essas insurreições fronteiriças (Stryker, 2021; anzaldúa, 2005) são construídas na junção entre os saberes das "pistas", como o uso do dialeto pajubá e a experiência no trabalho sexual, a produção acadêmica de intelectuais trans contemporâneas.

Para Nascimento (2022), O transfeminismo negro busca dar visibilidade a "mulheridades múltiplas" que não se encaixam nos determinismos binários, e defende que travestis e mulheres trans negras devem ser reconhecidas como sujeitos políticos plenos

dentro dos movimentos feministas e negros, questionando os silenciamentos e as tensões históricas que ainda tentam excluir essas identidades desses espaços.

Baseando-se em Patricia Hill Collins, Nascimento (2022) argumenta que a autodefinição é uma peça-chave para retirar das instituições médicas, jurídicas e estatais a autoridade de dizer quem essas pessoas são. Além disso, ela enfatiza que as opressões de gênero, raça e classe são interligadas, o que torna a perspectiva interseccional indispensável para entender as violências específicas (como o transfeminicídio) que atingem corpos trans negros.

Em suma, a maior contribuição do pensamento transfeminista negro seria a aposta na multiplicidade de mulheridades, na autodeterminação, despatologização e na neomaterialidade como ferramentas para perturbar e se apropriar de uma ciência e uma sociedade hegemonicamente brancas e cisnormativas, criando fissuras para existências mais livres e plurais.

A abordagem transfeminista, focada em desvincular-se do conhecimento científico hegemônico, trás inteligibilidade as experiências trans e outras sexualmente dissidentes, permitindo compreender como formas subjetivas de experienciar o gênero conseguem ser vividas dentro da *ballroom*. Essas formas não são apenas expressões culturais ou estéticas dissidentes, mas modos de saber, nos quais corpos em movimento produzem gramáticas próprias de reconhecimento, legitimidade e existência.

Assim, este trabalho propôs compreender a *ballroom* não apenas como um espaço de fabulação ou de expressão estética, mas como parte de uma outra epistemologia possível, informada por uma perspectiva transfeminista. Trata-se de um regime de conhecimento forjado na experiência vivida, na performance e na materialidade dos corpos, onde saberes situados circulam por meio de práticas, gestos, técnicas e tecnologias corporais que desafiam as exigências modernas de coerência entre corpo, gênero e sexualidade.

Ao produzir suas próprias gramáticas de reconhecimento e legitimidade, nas quais matéria, afeto e discurso se co-constituem, a *ballroom* desloca os critérios hegemônicos de verdade e afirma modos alternativos, corporificados e politicamente situados de conhecer, existir e se fazer legível no mundo.

Referências:

ANZALDÚA, Gloria. “La conciencia de la mestiza / Rumor a uma nova consciência”. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, 2005, pp 704-719.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la Tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FAUSTO-STERLING, Anne. “Gender, Race, and Nation: The Comparative Anatomy of ‘Hottentot’ Women in Europe, 1815–1817”. In: SCHIEBINGER, Londa. *Feminism and the Body*. Oxford: Oxford University Press, 2000. pp 203-233.

GONZALES, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MOORE, Henrietta. *Understanding sex and gender*. In: INGOLD, T. (ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1997.

NASCIMENTO, Silvana. *Epistemologias Transfeministas Negras: Perspectivas e Desafios para Mulheridades Múltiplas*. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol 35, nº 77, p.548-573, *Setembro-Dezembro 2022*

PIRES, Barbara. 2023. *A Integridade Olímpica: Disputas sobre virilidade, elegibilidade esportiva e proteção social na Rio 2016*. *MANA* 29(3): e2023035

PRECIADO, Paul. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. 1ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo* (1984). In *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu editora, 2017.

SCHIEBINGER, Londa. *Nature's body: Gender in the making of modern science*. New Jersey: Rutgers University Press, 2004. [Cap. 2: Why Mammals Are Called Mammals. pp 40-74]

STRYKER, Susan. “Saberes (des)sujeitados: uma introdução aos estudos transgênero”. *Ponto Urbe*, 28, 2021.